



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

ESTUDO PRELIMINAR Nº 27/2023 - TRE-ES/PRE/DG/SAO/CIA/SAP

ESTUDO PRELIMINAR Nº S/Nº - TRE-ES/PRE/DG/SAO/CIA/SAP(SIMI)

1. INTRODUÇÃO

1.1. O presente documento visa analisar a viabilidade da contratação de empresa especializada em prestação de serviços de controle de pragas e vetores urbanos, bem como levantar os elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência, de forma a melhor atender às necessidades da Administração.

2. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A contratação dos serviços de desinsetização, descupinização e desratização justifica-se em decorrência da prevenção e combate à proliferação de ratos, traças, cupins, baratas, formigas, percevejos, escorpiões, aranhas, pernilongos, e outros insetos e roedores, sejam eles rasteiros ou voadores, definidos pela Resolução da Diretoria Colegiada da ANVISA – RDC nº 52, de 22 de outubro de 2009, como pragas urbanas, no âmbito dos edifícios sede e anexo do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo, Cartórios e Postos Eleitorais, Almoxarifados e Depósitos, contribuindo não somente para o controle ambiental de tais pragas; mas também para a conservação de mobiliário, arquivos documentais, mercadorias, produtos e saúde de servidores, colaboradores e usuários desses ambientes.

2.2. O TRE/ES não possui em seu quadro/estrutura, recursos humanos e materiais para executar os serviços objeto dessa contratação.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. A prestação dos serviços de desinsetização e desratização compreende o fornecimento de mão-de-obra e quaisquer insumos, materiais ou equipamentos necessários à execução do objeto. Os serviços deverão ser executados conforme cronograma de execução de serviços a ser elaborado em conjunto pela Contratante e Contratada.

3.2. Para a prestação dos serviços, a empresa deverá comprovar:

- Que possui os requisitos de licenciamento junto às autoridades sanitária e ambiental competentes, em atendimento às exigências estabelecidas pela Resolução da Diretoria Colegiada da ANVISA – RDC nº 52, de 22 de outubro de 2009, com as devidas alterações da Resolução ANVISA – RDC Nº 20, de 12 de maio de 2010;
- Que possui responsável técnico devidamente habilitado para o exercício das funções relativas às atividades pertinentes ao controle de vetores e pragas urbanas, com registro do profissional junto ao respectivo conselho, em atendimento às exigências estabelecidas pela Resolução da Diretoria Colegiada da ANVISA – RDC nº 52, de 22 de outubro de 2009, com as devidas alterações da Resolução ANVISA – RDC Nº 20, de 12 de maio de 2010;

- Que os serviços deverão ser prestados em conformidade com os requisitos definidos na Resolução da Diretoria Colegiada da ANVISA – RDC nº 52, de 22 de outubro de 2009, com as devidas alterações da Resolução ANVISA – RDC Nº 20, de 12 de maio de 2010, destacando-se as metodologias direcionadas para a redução do impacto ao meio ambiente, à saúde do consumidor e do aplicador dos produtos

3.3. Práticas de sustentabilidade que devem ser veiculados como especificação técnica do objeto ou como obrigação da contratada – Com as exigências das licenças ambientais fornecidas por Órgãos Ambientais e utilização de produtos químicos com registro na ANVISA.

3.3.1. A Contratada é obrigada a efetuar o recolhimento das embalagens vazias e respectivas tampas dos agrotóxicos e afins para fins de destinação final ambientalmente adequada, a cargo das empresas titulares do registro, produtoras e comercializadoras, ou de posto de recebimento ou centro de recolhimento licenciado e credenciado, observadas as instruções constantes dos rótulos e das bulas, conforme artigo 33, inciso I, da Lei nº 12.305, de 2010, artigo 53 do Decreto nº 4.074, de 2002, e legislação correlata.

3.3.2. A contratada deverá executar os serviços em estrita conformidade com os requisitos de licenciamento, procedimentos e práticas operacionais definidos na Resolução RDC ANVISA nº 52/2009, destacando-se as metodologias direcionadas para a redução do impacto ao meio ambiente, à saúde do consumidor e do aplicador dos produtos;

3.3.3. Os produtos utilizados deverão ter as seguintes características: não causarem manchas; serem antialérgicos; tornarem-se inodoros após 90 (noventa) minutos da aplicação; serem inofensivos à saúde humana; estarem compreendidos dentre aqueles permitidos pela Portaria 10/85 e suas atualizações, Agência Nacional de Vigilância Sanitária e Ministério da Saúde; não danificarem ou causarem a morte das plantas dos canteiros, árvores e gramados. Os produtos utilizados, além de obedecerem às exigências prescritas anteriormente, deverão ser devidamente licenciados pela entidade sanitária pública competente;

3.3.4. A contratada deverá fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução de serviços e fiscalizar o uso, em especial pelo que consta da Norma Regulamentadora nº 6 do MTE.

3.4. O contrato deverá ter duração até 31/12/2024.

4. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES

4.1. Na sede do TRE-ES (composta pelos edifícios sede e anexo) e Almoxarifado Central: 03 (três) aplicações.

4.2. Nos Postos Eleitorais, Cartórios Eleitorais, demais Almoxarifados e Depósitos de Urnas: 01 (uma) aplicação em cada um dos imóveis.

5. ANÁLISE DO MERCADO

5.1. Diversas empresas podem prestar o serviço, por se tratar de serviço comum, disponível no mercado. A solução utilizada para suprir as necessidades da Administração foi escolhida a partir das contratações anteriores do próprio TRE/ES, com a utilização de técnicas que atendam às necessidades dos serviços, utilizando-se, sempre que possível, critérios e práticas de sustentabilidade e que estejam de acordo com a Resolução da ANVISA – RDC nº 52, de 22 de outubro de 2009, e suas alterações (Resolução ANVISA – RDC nº 20, de 12 de maio de 2010).

6. PARCELAMENTO OU NÃO DO OBJETO

6.1. A contratação dos serviços de controle de pragas e vetores urbanos, que compreende a desinsetização, desratização e descupinização deverá ser realizada em lote único, por valor global, com base no princípio da

economicidade, em razão de que:

- Os serviços são todos compreendidos pelo mercado como “dedetização”, sendo ofertados por toda empresa especializada nesse tipo de serviço;
- Os três serviços podem ser realizados em um único dia, se forem contratados por uma mesma empresa, o que provavelmente não será possível se mais de uma prestadora desse serviço for contratada;
- O preço do serviço contratado tende a diminuir se uma única empresa for contratada, uma vez que os custos de deslocamento para a execução do serviço em todo o Estado serão embutidos apenas uma vez, para os três serviços;
- Considerando a toxicidade dos serviços em questão, o que implica no fechamento dos Cartórios no dia da execução dos mesmos, é vantagem para esta administração que a execução dos três itens seja realizada em apenas um dia de expediente, pois evita a interrupção das atividades cartorárias, por mais de uma vez, por motivo de dedetização.

7. MAPA DE RISCO

RISCO 01 - PLANEJAMENTO INADEQUADO DA CONTRATAÇÃO	
PROBABILIDADE	(X) BAIXA () MÉDIA () ALTA
IMPACTO	() BAIXO (X) MÉDIO () ALTO
DANO: Realizar estudo falho, incompleto ou impreciso, podendo ocasionar prejuízos na aquisição.	
Ação Preventiva	Responsável
Escolher equipe com conhecimentos suficientes para os estudos em tempo hábil para que não haja prejuízos durante a fase de planejamento .	SAO
Ação de Contingência	Responsável
Devolver a solicitação à unidade demandante para os ajustes devidos	SAO
RISCO 02 - DESCONFORMIDADE DO TERMO DE REFERÊNCIA	
PROBABILIDADE	(X) BAIXA () MÉDIA () ALTA
IMPACTO	() BAIXO () MÉDIO (X) ALTO
DANO: Retardamento das etapas processuais inerentes a contratação.	
Ação Preventiva	Responsável
Realizar revisão do termo de referência.	SAP
Ação de Contingência	Responsável
Elaborar novo termo de referência.	SAP
RISCO 03 - NÃO CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO	
PROBABILIDADE	(X) BAIXA () MÉDIA () ALTA
IMPACTO	() BAIXO () MÉDIO (X) ALTO
DANO: Comprometimento da prestação do serviço.	
Ação Preventiva	Responsável
Ampliação do número de prestadores de serviço.	SECOM

Ação de Contingência	Responsável
Abertura de novo procedimento, em caso de fracasso.	SAP
RISCO 04 - ATRASO NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO	
PROBABILIDADE	(<input checked="" type="checkbox"/>) BAIXA () MÉDIA () ALTA
IMPACTO	() BAIXO (<input checked="" type="checkbox"/>) MÉDIO () ALTO
DANO: Comprometimento do serviço de dedetização.	
Ação Preventiva	Responsável
Diligenciamento e esclarecimento quanto às consequências que a Contratada estará submetida .	FISCAL
Ação de Contingência	Responsável
Advertir e se necessário abrir procedimento administrativo para apurar a responsabilidade da Contratada.	FISCAL
RISCO 05 - PROBLEMAS NA EXECUÇÃO DO OBJETO	
PROBABILIDADE	(<input checked="" type="checkbox"/>) BAIXA () MÉDIA () ALTA
IMPACTO	() BAIXO () MÉDIO (<input checked="" type="checkbox"/>) ALTO
DANO: Execução do serviço de forma incorreta, com produtos inadequados, sem registro na Anvisa e/ou autoridades sanitárias.	
Ação Preventiva	Responsável
Prever no contrato a necessidade de seguir toda legislação pertinente ao serviço, escolher empresa especializada, exigir comprovações para certificar a qualidade no serviço prestado.	SAO
Ação de Contingência	Responsável
Fiscalizar a correta execução dos serviços especializados e aplicar sanção a empresa responsável pelo não cumprimento do contrato, tempestivamente.	FISCAL

8. EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

- Raphael Henrique de Sá Pereira - Fiscal da atual contratação
- Bruno da Silveira Gomes - Chefe da Seção de Administração Predial
- Antônio Brasil Maia Filho - Coordenador de Infraestrutura Administrativa

Em 02 de outubro de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **RAPHAEL HENRIQUE DE SÁ PEREIRA**, Técnico Judiciário, em 03/10/2023, às 13:26, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tre-es.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1033617** e o código CRC **6A806132**.